



Rogério Mori*

Economia - Brasil

03 JAN 2007

A política econômica muda em 2007?

Medidas tributárias em favor do crescimento são sistematicamente adiadas

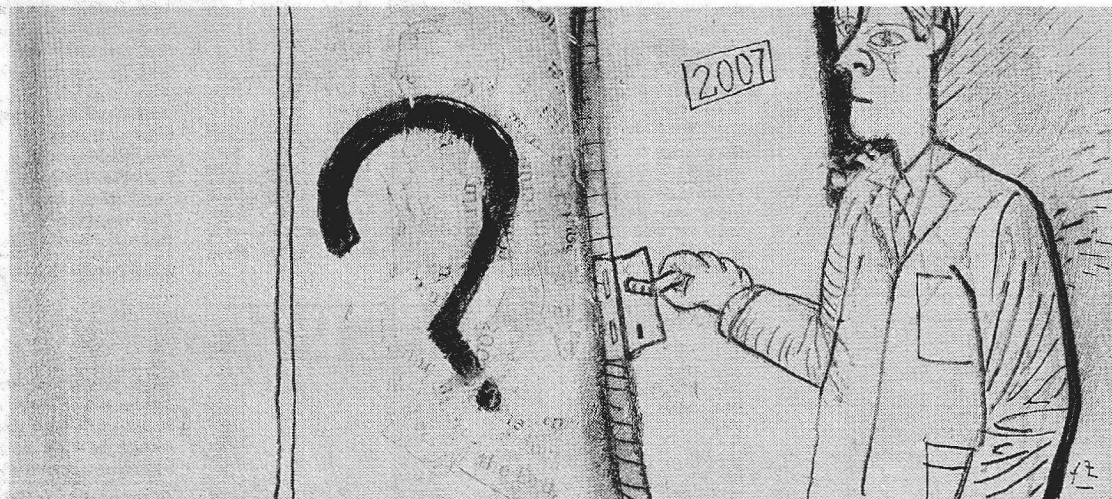
GAZETA MERCANTIL

Como a economia brasileira se comportará em 2007? Essa foi uma pergunta recorrente feita a economistas no final do ano passado e já é uma tradição do jornalismo e da mídia a cada virada de ano.

Essa questão, em boa parte das vezes, veio acompanhada de dúvidas adicionais associadas a eventuais alterações na condução da política econômica ditada pelo governo. Tais mudanças ocorreriam tendo como base a prioridade ao crescimento e ao emprego tão alardeada durante a campanha eleitoral de 2006 e nos meses que se seguiram às eleições.

Os sinais emitidos em dezembro tornaram um pouco mais explícito que a política econômica será pautada por um sentido de continuidade, sem grande criatividade ou ousadia por parte do governo, em particular no campo fiscal. Em meio a pressões por expansão de gastos vindas de diferentes frentes, o governo vê reduzido seu escopo de ação e pouco pôde ser verificado em termos de uma mudança efetiva na qualidade da gestão fiscal. Nesse sentido, o ano de 2006 fechou com um novo aumento da carga tributária, um fenômeno recorrente dos últimos anos que, dada a trajetória dos gastos públicos, deve se repetir em 2007 caso o governo decida preservar, de fato, a meta de superávit primário do setor público. Não sem razão, as medidas tributárias em favor do crescimento vêm sendo sistematicamente adiadas e revistas em um aparente esvaziamento do conjunto inicialmente proposto pelo governo.

Do lado da condução da política monetária, à primeira vis-



ta, também não se observarão mudanças significativas. Os sinais emitidos pelo Banco Central (BC) na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) sinalizam para uma desaceleração no ritmo dos cortes da meta da taxa básica de juros (Selic) e, possivelmente, o BC deverá encerrar o ciclo de flexibilização da política monetária em algum momento ao longo do ano.

Nesse sentido, um aspecto curioso das projeções do mercado financeiro, apontadas no relatório de mercado divulgado pelo BC, diz respeito ao fato de que os analistas apontam para a meta da Selic em 11,75% a.a. no fechamento do ano e uma aceleração da inflação para o patamar de 4,30%, mais próximo da meta que o verificado em 2006.

Caso isso se verifique de fato, representará uma mudança significativa no patamar da taxa de juros real. Em função dessa "aposta", os especialistas em investimentos já sinalizam há algum tempo alternativas de investimento mais interessantes que os tradicionais fundos de renda fixa e DI.

No que tange à taxa de câmbio, os sinais também apontam para a preservação da política praticada nos últimos anos. Ainda que em termos de taxa de câmbio efetiva real o patamar atual encontre-se significativamente apreciado em relação ao verificado nos últimos anos e situe-se próximo ao do final de 2000, essa parece não ser uma preocupação latente e explícita no contexto do governo.

Aparentemente sem se preocupar com as alterações na estrutura produtiva do País provocadas pelo atual nível da taxa de câmbio, o governo segue defendendo a política cambial respaldado pelos bons números da balança comercial. Nesse sentido, a força do argumento reside puramente no valor agregado das exportações e importações, sem uma abordagem explícita dos efeitos dessa política sobre os variados setores da economia brasileira. Em função desse quadro, é bem provável que, a exemplo do ocorrido em 2006, o setor externo não represente um motor para o crescimento da economia brasileira nesse ano.

Ainda assim, afora a ocor-

rência de alguma grande crise interna ou externa, é provável que 2007 seja melhor em alguns aspectos econômicos que o ano passado. É difícil imaginar uma repetição de um crescimento econômico tão medíocre quanto o de 2006 ante um cenário tão favorável do ponto de vista doméstico e internacional. As apostas dos economistas de mercado na abertura do ano apontam para 3,5% de crescimento do PIB em 2007 (um valor que pode variar ao sabor da evolução dos fatos ao longo do ano). Esse crescimento representaria uma clara aceleração em relação ao observado nos anos anteriores, mas ainda fica longe dos 5% tão propalados pelo governo nos últimos meses. Na verdade, ante o cenário que se vislumbra em termos de política econômica e investimentos produtivos para os próximos quatro anos, um crescimento médio de 3,5% pode ser considerado para lá de otimista.

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV/EESP. Próximo artigo do autor em 24 de janeiro